



X Encontro Brasileiro de Administração Pública.
ISSN: 2594-5688
secretaria@sbap.org.br
Sociedade Brasileira de Administração Pública

**EMPREENDEDORISMO COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA DO DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO PARÁ**

Eulalio Gomes Campelo Filho, Jaqueline Moraes Da Silva

[RELATO TÉCNICO] GT 7 Inovação e Empreendedorismo na Gestão Pública

EMPREENDEDORISMO COMO POLITICA PÚBLICA PARA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO PARÁ

Resumo

Este relatório busca contribuir por meio de uma análise socioeconômica do Marajó, no Pará, ao mesmo tempo em que empreende uma análise situacional das cadeias produtivas locais no intuito de promover o debate sobre a necessidade da participação da administração pública neste ecossistema, devido entre outros aspectos, ao fato que quase a totalidade de seus municípios serem enquadrado dentro de uma faixa de baixo IDH. Para este fim, foi solicitado um estudo exploratório de caráter qualitativo, o qual identificou as principais barreiras e oportunidades para o desenvolvimento socioeconômico do Marajó por meio do empreendedorismo. Como resultado, percebe-se que esta região, possui um número limitado de arranjos produtivos, os quais necessitam da integração dos diversos atores presentes na região, no sentido de amadurece-los e verticaliza-los. Dessa forma, o relatório sugere a elaboração de um plano de ação com participação de representantes das três esferas estatais como motores da deste ecossistema, procurando criar um ambiente propicio para inclusão dos cidadãos marajoaras neste processo empreendedor e de desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Mesorregião do Marajó; Ecossistema de Inovação; Empreendedorismo.

Introdução

A mesorregião do Marajó, uma das 06 (seis) integrantes do arranjo espacial do Estado do Pará, é formada por 16 (dezesesseis) municípios compreendidos em uma área de 104.139,93 km², equivalente a 8% do território paraense. Sua população estimada para o ano de 2018 foi da ordem de 557.231 habitantes, possuindo uma densidade demográfica de 5,35 hab./km² (IBGE, 2018).

A região é amplamente divulgada pela mídia como um dos grandes atrativos turísticos do Estado do Pará, o que representa um ponto positivo a se destacar. Entretanto, os municípios que integram o arquipélago do Marajó são destaque negativo na lista dos municípios brasileiros por possuírem, historicamente, baixos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), figurando entre as piores colocações do ranking no Brasil.

Não obstante, para Pacheco (2010) os indicadores não são suficientes para abarcar o contexto da região em questão, e para melhor compreensão da realidade marajoara é necessário avaliar fatores internos e externos. Os índices, geralmente são genéricos e, por isso, não levam em conta a diversidade local, as especificidades de cada cidade, como os modos de vida, tradições e saberes regionais. No município de Melgaço, por exemplo, observa-se certa contradição ao se perceber uma alta longevidade existente, apesar dos baixos índices de educação e renda.

Neste sentido, este documento busca contribuir com uma análise da realidade socioeconômica da mesorregião do Marajó, elaborando, ao mesmo tempo, uma análise situacional traçando as barreiras e oportunidades para que as cadeias produtivas do arquipélago possam se desenvolver e contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população local.

Para subsidiar a elaboração do relatório, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais a respeito dos programas, projetos e ações desenvolvidas no Marajó com o propósito de identificar e desenvolver os ecossistemas locais através do empreendedorismo. Ulteriormente, foi elaborado um segundo diagnóstico, por meio da construção de uma análise SWOT em conjunto com diversos especialistas nas áreas de sistemas de inovação, cadeias produtivas e da região do Marajó.

A região do Marajó

O estuário amazônico é formado pela confluência de duas grandes bacias: a do rio Amazonas e a do Tocantins-Araguaia, desaguardo no oceano Atlântico. Entre a junção dessas águas, situa-se o Marajó, uma região formada por inúmeras ilhas, constituindo o maior

arquipélago fluviomarinho do planeta. Cenário de uma riqueza natural ímpar, composta por campos naturais, planícies alagadas e densas florestas (Gonçalves et al., 2016).

Como ressaltado anteriormente, o Território do Marajó é formado por 16 (dezesseis) municípios, sendo eles: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Muaná, Melgaço, Ponta de Pedras, Portel, São Sebastião da Boa Vista, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure, que compõem a mesorregião geográfica do Marajó, no Estado do Pará, e está distribuída em 03 (três) microrregiões geográficas: Arari, Furo de Breves e Portel.

A região possui hidrografia peculiar que é formada por uma variedade de canais, como: paleocanais, furos, baías, paranás, meandros abandonados, lagos e igarapés, estabelecendo um complexo em evolução, no qual se destacam os rios Amazonas, Pará, Anapu, Jacundá e Anajás, com seus numerosos afluentes. A hidrografia da região desempenha um importante papel, pois é o único meio de transporte entre as cidades e vilas (CRISPIM et al., 2016).

O Marajó possui uma vasta diversidade sociocultural, que compreende a existência de várias comunidades quilombolas, reservas extrativistas, sítios arqueológicos e outras áreas de preservação ambiental. O seu processo de ocupação e sua importância econômica são influenciadas por estar localizado na área de influência da Capital do Estado do Pará, Belém, principalmente como fornecedora de alimentos (SOUZA et al., 2020).

Pacheco (2010) retrata essa realidade de vivência no arquipélago do Marajó onde, no porto, ocorrem diversificadas práticas sociais. Em meio às chegadas e saídas das embarcações e pessoas que perfilam nos trapiches, onde universos de relações de trabalho, comerciais, políticas e afetivas vão sendo esquadrihadas, dinamizando e alterando a cultura da cidade, sua estrutura física, desenho paisagístico e trajetórias históricas.

Outra característica relevante do Marajó é o fato dele ser considerado o maior arquipélago flúvio-marítimo do mundo, possuindo aproximadamente 3 (três) mil ilhas, projetando o Marajó como um importante centro ecológico brasileiro. Tornando-se assim uma referência, nos últimos anos, na prática do turismo ecológico (DE SOUZA, 2014).

Pacheco denomina o Marajó de “Marajós” (2006 *apud* Schaan e Martins, 2010, p. 9) “Se todo mundo já sabia que o Marajó tinha essas duas fisionomias paisagísticas distintas, Pacheco veio a denunciá-las por meio da pesquisa histórica social, mostrando onde esses Marajós se encontram e onde se diferenciam”.

Nessa perspectiva, Pacheco escreve o “Marajó dos Campos” é formado por sete municípios (Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari, Ponta de Pedras, Muaná e Chaves), onde concentra-se o potencial turístico, principalmente em Soure e Salvaterra,

e a cultura da criação, domesticação e produção do leite de búfala. E o “Marajó das Florestas”, composto por nove municípios (São Sebastião da Boa Vista, Curralinho, Bagre, Breves, Melgaço, Portel, Anajás, Gurupá e Afuá), onde está a maior concentração de ilhas, furos, rios e igarapés em meio à densa floresta.

Segundo Pacheco (2009) o pluralizar de Marajó procura chamar a atenção do leitor à complexidade de realidades físicas, humanas, históricas e culturais existentes entre os municípios conformadores das regiões de campos e florestas. O que os meios de comunicação veiculam é uma imagem de um Marajó desenhado tão somente por praias, búfalos e paisagens naturais ou por seu ilhamento físico e social.

Por outro lado, no cenário social, os municípios do Marajó apresentam baixo padrão de qualidade de vida, relacionados, principalmente, com a escassez de serviços coletivos e com a grande dependência da população aos programas sociais (BARBOSA et al; 2012).

De acordo com dados de PNUD (2010), 6 municípios do arquipélago possuem índices muito baixos de desenvolvimento humano, como pode ser verificado na tabela 1.

Tabela 1: Demonstrativo da Mesorregião do Marajó em relação ao IDHM (2010)

Município	IDH-M (2010)	Faixa do IDH-M	Ranking Nacional	Ranking Estadual
Microrregião de Portel				
Bagre	0,471	Muito Baixo	5558 ^a	141 ^o
Gurupá	0,509	Baixo	5502 ^a	28 ^o
Melgaço	0,418	Muito Baixo	5565 ^a (Menor IDH-M do Brasil)	143 ^o
Portel	0,483	Muito Baixo	5553 ^a	139 ^o
Microrregião dos Furos de Breves				
Afuá	0,489	Muito Baixo	5543 ^a	136 ^o
Anajás	0,484	Muito Baixo	5550 ^a	138 ^o
Breves	0,503	Baixo	5520 ^a	132 ^o
Curralinho	0,502	Baixo	5524 ^a	134 ^o
São Sebastião da Boa Vista	0,558	Baixo	5081 ^a	97 ^o
Microrregião do Arari				
Cachoeira do Arari	0,546	Baixo	5253 ^a	109 ^o
Chaves	0,453	Muito Baixo	5.565 ^a	142 ^o
Muaná	0,547	Baixo	5244 ^a	106 ^o
Ponta de Pedras	0,562	Baixo	5002 ^a	92 ^o
Salvaterra	0,608	Médio	3957 ^a	40 ^o
Santa Cruz do Arari	0,557	Baixo	5098 ^a	98 ^o
Soure	0,615	Médio	3796 ^a	35 ^o

Fonte: PNUD (2010, *apud*, Andrade, 2019)

O Relatório Analítico do Território do Marajó (2012) confirma que os municípios do

Marajó têm garantido a estruturação de formas de vida e reprodução com baixos padrões de qualidade, tendo em vista que a falta de acesso à serviços coletivos restringem o potencial de desenvolvimento econômico sustentável da região.

Os indicadores sugerem uma dependência das famílias em relação aos programas sociais, os quais têm contribuído para apoiar o processo de organização familiar, enquanto arranjos capazes de reduzir vulnerabilidades sociais. Confinando-se em segundo plano, suas cadeias produtivas, a capacidade empreendedora de seus cidadãos, assim como a participação da administração pública neste ecossistema com o fim de promover o desenvolvimento territorial por meio do empreendedorismo local, aspectos estes, foco deste trabalho.

Metodologia

O estudo se apropriou dos aspectos da pesquisa bibliográfica e qualitativa, pois esta responde a questões particulares, uma vez que se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificada, envolvendo significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes dos entrevistados (MINAYO, 2003). É de referir que em diferentes momentos da realização do projeto foram realizadas pesquisas documentais e de campo. Sendo que na segunda etapa da análise, foram realizadas pesquisas descritivas aplicando-se entrevistas do tipo semiestruturada com um único respondente (GASKELL, 2014).

No caso deste estudo, buscou-se selecionar especialistas-chave, tanto na região do Marajó, como na área do projeto, ou seja, ecossistemas de inovação e empreendedorismo. Neste sentido, foi fundamental as entrevistas com especialistas e representantes de diversas instituições presentes no arquipélago, a exemplo da EMATER, SEBRAE, UFPA e IFPA, os quais contribuíram, por um lado com seus conhecimentos sobre o tema abordado, e por outro como gestores públicos e pessoas que atuam na região na área pesquisada.

Diagnóstico sobre as cadeias produtivas do Marajó

A população da mesorregião do Marajó, em geral, é composta por populações tradicionais, caracterizadas por desenvolver atividades produtivas vinculadas ao extrativismo madeireiro e não madeireiro nas áreas de floresta; à pesca artesanal de peixes e camarões; à pecuária, particularmente a bubalina, praticada nos campos naturais da Ilha do Marajó; e à agricultura, desenvolvida desde o período colonial (BARBOSA et al; 2012).

Barros (2013) destaca que a atividade referente a agricultura é baseada no plantio de mandioca, feijão, abacaxi, banana, milho, coco, etc., porém não são considerados como de valor

econômico suficiente para abastecer o mercado local, devido ao seu carácter de subsistência. Ao mais, a falta de infraestrutura compromete o escoamento da produção em grande escala desses insumos.

Outro cenário desafiador encontrado, seria que segundo Barros (2013), a mesorregião está localizada em uma área isolada dos grandes centros econômicos do Estado e do país, possuindo uma baixa densidade técnica no que se refere a presença de obras de engenharia estruturante, como grandes rodovias, portos, empresas e setor produtivo. Fato este que dificulta o escoamento da produção e consequentemente o desenvolvimento econômico local.

Em pesquisa realizada pelo projeto Embarca Marajó (MIRANDA, 2017), foram identificados alguns dos principais segmentos produtivos do território: atividade pesqueira, construção civil dinâmica, indústria madeireira, pecuária bubalina e a produção do açaí.

Outro aspecto relevante é que a mesorregião do Marajó possui 23.154 postos de trabalho formais (2% do total do Pará), com destaque nas produções de palmito (que responde por 55% da produção do estado), madeira (29%), açaí (30%), arroz (9%) e abacaxi (4%). Sendo os principais segmentos produtivos na mesorregião do Marajó a: pesca, madeira, construção civil, pecuária bubalina e fruticultura (FAPESPA, 2016).

Em outra pesquisa, mais recente, o Projeto Abrece o Marajó (BRASIL, 2020) colaborou traçando o perfil produtivo do arquipélago, conforme o Tabela 2.

Tabela 2: Mesorregião do Marajó - perfil produtivo

Municípios	Efetivos dos rebanhos (cabeças)				Agricultura (Toneladas)				Extração vegetal		
	Bubalino	Bovino	Suíno	Galináceos	Açaí	Mandioca	Arroz	Abacaxi	Madeira (m³)	Lenha (m³)	Açaí (Ton)
Afuá	3.035	1.515	44.150	14.200	-	1.100	-	-	29.000	8.000	9.250
Anajás	5.110	1.610	8.200	4.222	29.250	3.100	-	139	65.000	13.500	1.250
Bagre	510	1.424	6.500	1.310	15.000	8.200	-	36	13.600	1.420	190
Breves	356	2.008	10.844	36.150	60.000	3.680	-	40	16.600	7.200	1.562
Cachoeira do Arari	40.530	37.560	6.985	8.450	2.900	900	19.300	1.100	23.000	10.000	340
Chaves	155.758	64.135	18.300	4.200	-	819	-	-	1.750	7.200	650
Curralinho	350	220	5.010	4.720	2.751	3.700	-	34	7.600	5.000	1.250
Gurupá	6.149	1.107	95	1.300	3.040	4.800	150	980	18.500	2.050	105
Melgaço	490	1.624	4.220	1.670	5.000	2.500	-	900	14.100	6.400	57
Muaná	15.782	6.859	7.158	7.895	6.150	920	-	-	28.560	10.120	7.260
Ponta de Pedras	28.784	34.859	4.568	10.489	16.380	300	-	-	-	-	6.250
Portel	1.224	15.904	7.002	34.210	230.000	129.000	-	29	995.000	4.110	980
Salvaterra	6.340	5.845	2.865	2.564	148	500	3.308	10.000	-	3.150	-
Santa Cruz do Arari	17.853	22.185	8.958	2.352	-	-	-	-	-	-	131
São Sebastião da Boa Vista	80	56	6.685	2.758	28.000	870	-	-	4.850	8.750	6.852
Soure	78.520	36.198	2.880	3.210	-	-	-	-	-	3.330	-
Marajó	360.871	233.109	144.420	139.700	398.619	159.289	22.758	13.258	1.217.560	90.230	36.127
Pará	519.072	20.628.651	725.414	27.820.116	1.439.249	3.836.215	114.035	426.780	3.247.263	1.483.173	147.730
Marajó/Pará (%)	69,52	1,13	19,91	0,50	27,70	4,15	19,96	3,11	37,49	6,08	24,45

Fonte: Projeto Abrece o Marajó (BRASIL, 2020).

Fundamentado na análise dos documentos disponíveis, nota-se que os potenciais produtivos do Marajó permeiam pela pecuária, agricultura e extração vegetal, com destaque mais acentuado na pecuária.

A fruticultura encontra-se tímida na tabela de potencial econômico para a região, mesmo a região possuindo um clima e solo propícios ao cultivo. A partir desses achados, entende-se por necessário a investigação das cadeias produtivas marajoara. No sentido de propor ações que contribuam com o desenvolvimento socioeconômico local.

Dentre os programas direcionados ao desenvolvimento da cadeia produtiva do Marajó, se destacam o do Instituto Peabiru, que desde 2010 atua na região, por meio do programa Viva Marajó.

A presença do Instituto Peabiru no território marajoara teve iniciativa na década de 2010 com o Programa Viva Marajó, com o apoio do Fundo Vale, o qual tem como objetivo contribuir com a implementação e consolidação do Arquipélago do Marajó, buscando a melhoria da qualidade de vida, a conservação ambiental e cultural da região, ao mesmo tempo em que promove a sustentabilidade. O primeiro projeto deste Programa, datado de 2011 empreendeu um amplo estudo socioeconômica que resultou em dois diagnósticos sobre o arquipélago.

O primeiro Diagnóstico, denominado Escuta Marajó (PEABIRU, 2012), estudou diferentes setores da população marajoara – de representantes do poder público ao ribeirinho –, em todas as 16 cidades que compõem o território. Construindo um panorama geral sobre o Marajó, desde a identificação de problemas, principalmente os relacionados à falta de implementação de políticas públicas, e a ações bem-sucedidas – a exemplo do processo de regularização fundiária, por meio dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAEs), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Estes resultados suscitaram a necessidade em se compreender melhor a dinâmica produtiva do arquipélago, fato este que impulsionou a realização de um segundo estudo.

O Diagnóstico das Cadeias de Valor Sustentáveis e Inclusivas do Marajó: Açaí, Mandioca, Pesca Artesanal e Pecuária (PEABIRU, 2017). Este trabalho ocorreu em 4 cidades do Marajó (Currealinho – cadeia de valor do açaí; Portel – Cadeia de valor da mandioca; e Salvaterra e Soure – Cadeias de valor da Pesca artesanal e pecuária, respectivamente. A pesquisa procurou por meio do estudo das cadeias de valor, compreender a dinâmica desses municípios, ao analisar as relações de poder intrínsecas à produção e comercialização desses insumos.

O Quadro baixo descreve as ações desenvolvidas pelo Instituto Peabiru em parcerias com a ONG Lupa Marajó, o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Marajó – CODETEM, a Colônia de Pescadores Z-37, o Instituto Internacional de Educação do Brasil – IIEB, Instituto Vitória Régia, Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal, o Programa

das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Ministério do Meio Ambiente e entre outros.

Quadro 1: Ações do Instituto Peabiruo no Marajó.

Programa	Projetos	Descrição
Viva Marajó	Marajó Viva Pesca	Projeto desenvolvido no município de Currealinho, mais precisamente junto às comunidades e congregações do Rio Canaticu, com cerca de 1500 famílias.
	ATER Marajó	Projeto visa prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão rural para mais de 600 famílias residentes em 5 PAEs localizados nos municípios de Ponta de Pedras e Cachoeira do Arari (Ponta de Pedras – Santana, Setubal e Soberana; Cachoeira do Arari – Xipaiá e Urubuquara), com foco na produção de açaí e pescado.
	Embarca Marajó	Com o objetivo de Implementar ações de desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável, visando fortalecer processos de desenvolvimento local integrado a políticas públicas no Marajó.
	Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais do açaí e da mandiroba do Marajó	O projeto foca no fortalecimento das organizações sociais para o desenvolvimento de estratégias para o fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais – APL's do açaí e da mandiroba no Marajó.

Fonte: Instituto Peabiru (2016).

Vale destacar que foram identificados ao longo do estudo diversas iniciativas voltadas ao desenvolvimento da cadeia produtiva do açaí, mandioca e abacaxi, buscando fortalecer a produção, proporcionar capacitação, fomento financeiro. Sendo uma das principais incentivadoras a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater), a qual tem avançado no processo de verticalização de algumas cadeias produtivas, como é o caso do açaí. Contudo, com resultados limitados.

Tendo isso em mente, diversos especialistas foram contatados para após a análise das cadeias produtivas do Marajó, se unirem com o objetivo de baseados nas informações supracitadas e em suas experiências, elaborar uma análise situacional do arquipélago do Marajó, utilizando-se para este fim a análise SWOT ou FOFA (Forças-Oportunidades-Fraquezas-Ameaças), como ferramenta. Visto que segundo Pinto (2016) a análise SWOT busca auxiliar no diagnóstico dos ambientes externo e interno, ou seja, permite relacionar as oportunidades e ameaças presentes no ambiente externo a este local, com as forças e fraquezas identificadas no ambiente interno deste espaço.

Quadro 2: Matriz SWOT

FATORES POSITIVOS	FATORES NEGATIVOS
<p style="text-align: center;">FORÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Mercado consumidor na ordem de 600.000 habitantes; ● Território rico em recursos naturais; ● Diversidade biológica; ● Potencial turístico regional; ● Cadeias produtivas identificadas e definidas, ex. açaí, mandioca, pescado, pecuária bufalina, etc.; ● Interesse de organizações nacionais e internacionais; ● Diversidade cultural; 	<p style="text-align: center;">FRAQUEZAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● IDH baixo na região com grande número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, um dos mais baixos do país; ● Oferta limitada de serviços públicos; ● Dependência das famílias em relação aos programas sociais; ● Escassez de postos de emprego formal (apenas 2% do total do Pará); ● Limitada infraestrutura de saúde, educação, transporte, energia, inclusão bancária e social; ● Área isolada dos grandes centros; ● Baixa densidade técnica, em especial nas áreas de infraestrutura e mão de obra qualificada.
<p style="text-align: center;">OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Um dos principais atrativos turístico do Pará; ● Um dos mais importantes ambientes para o turismo ecológico do país; ● Cadeia produtiva da Fruticultura, ex. abacaxi; ● Solo e clima propício para diversas culturas; ● Expansão e verticalização das cadeias produtivas já identificadas; ● Atração de investimento nos setores do turismo, agricultura, pecuária, biotecnologia, etc. ● Adoção de branding <i>made in Marajo</i>; ● Cerâmica Marajoara; ● Parceiras Público-Privada; 	<p style="text-align: center;">AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Presença ainda precária do Estado na região; ● Reduzido sistema educacional em todos os níveis; ● Baixa regularização fundiária; ● Ação de madeireiros; ● Degradação do meio Ambiente; ● Escasso interesse em ações conjuntas por parte das três esferas de poderes; ● Diminuta capacidade logística, especialmente para o escoamento fora do arquipélago;

Fonte: elaborado pelos autores da pesquisa, 2023.

Recomendações

A partir dos achados da pesquisa, compreendendo ao mesmo tempo as riquezas que a mesorregião possui e o potencial produtivo por meio dos principais segmentos da cadeia produtiva do Marajó, entende-se como relevante o desenvolvimento da Mesorregião do Marajó por meio da participação pública e o empreendedorismo da população local, incentivando parcerias público-privadas, nos ramos de atividades que estejam voltados aos arranjos produtivos locais, abrindo espaço à agricultura familiar, o pequeno produtor e o pequeno empresário, potencializando assim o mercado local.

No entanto, percebe-se que para que este esforço seja frutífero, necessitasse fomentar a colaboração entre todos os atores do ecossistema local, para que estes promovam ações conjuntas buscando cultivar e integrar a mão-de-obra local nessas iniciativas.

Para tal fim, o estado tem que estar mais presente por meio de seus diversos órgãos e autarquias, principalmente nas áreas da educação e da saúde, buscando melhorar a qualidade de vida dos cidadãos marajoaras e capacita-los para atuar de forma efetiva nas diversas cadeias produtivas do arquipélago, elevando assim a capacidade técnicas e empreendedora local.

Por outro lado, essa união de forças deve promover entre outros fatores a melhoria da infraestrutura local nas diversas áreas, para que no médio e longo prazo se consiga amadurecer o ecossistema econômica marajoara, buscando verticalizar suas cadeias produtivas e prepará-las para atender inicialmente o mercado local e futuramente o mercado regional e nacional.

Com isso, o estudo visualiza como sendo uma de suas limitações sua perspectiva exploratória incluindo uma pequena amostra de especialistas, sendo necessário um estudo mais aprofundado do ecossistema de inovação identificado neste trabalho.

Sugerimos assim, como estudo futuro, o aprofundamento deste trabalho, no sentido da identificação dos atores que possam desenvolver esse ecossistema e a elaboração em conjunto, por parte desses atores, de um plano de ação que possa viabilizar o amadurecimento deste projeto, superando as barreiras aqui identificadas, assim como avançando na exploração das oportunidades percebidas, procurando criar um ambiente propício para inclusão dos cidadãos marajoaras neste processo de inovação e empreendedorismo regional.

Referências

BARBOSA, M. J. D. S., Cruz, W. C., Souza, E. D., & Félix, O. D. L. Relatório analítico do território do Marajó. Belém: UFPA, 2012.

BARROS, M. J. B.. **Território e desenvolvimento: uma análise crítica do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó-Pará**. Revista GeoAmazônia, Belém, n. 01, v. 01, p. 40 - 54, Jan./jun. 2013.

BRASIL, **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Arquipélago do Marajó 2007**. Disponível em: [Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó](#) . Disponível em: <<https://www.gov.br/sudam/pt-br>> Acesso em: 09 jan. 2023.

BRASIL, **Programa Abrace o Marajó 2020**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/abrace-o-marajo/PORTIFOLIODEPROJETOS_CompletoeTraduzido.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

CRISPIM, D. L. et al. **Espacialização da cobertura do serviço de saneamento básico e do índice de desenvolvimento humano dos municípios do Marajó, Pará**. Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, v. 11, n. 4, p. 112-122, 2016.

GONÇALVES, A. C. O. et al. Marajó. In: ALVES, Fábio (org.) **A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia**. Brasília: Ipea, p.107-198., 2016.

DE SOUZA, A. L. **Evolução do sistema agrário do Marajó: uma perspectiva sócio histórica**. Terceira margem Amazônia, 1(3-4),39-65, 2014.

GASKELL, G.. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, p.64-89, 2014.

IBGE,. Cidades. **Base de Dados**. Recuperado em 26 de outubro de 2018, Disponível em <<https://www.cidades.ibge.gov.br/>> . Acesso em: 08 fev. 2023.

MINAYO, Ma. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, p. 9-29, 2003.

MIRANDA, K. et al. **Embarca Marajó: estratégias locais de inovação, fortalecimento institucional e desenvolvimento sustentável**. Belém - PA: Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB Mil Folhas, 2017.

PACHECO, A. S. **Portos de memórias: cotidiano, trabalho e história no Marajó das Florestas**. Belém: Revista Movendo ideias, v. 15, n. 1, 2010.

PACHECO, A. S. **História e Literatura no Regime das Águas: Práticas Culturais Afro indígenas na Amazônia Marajoara**. Amazônica Revista de Antropologia, 2009.

SCHAAN, D. P. S.; MARTINS, C. P. Apresentação: a imensidão de um arquipélago. In: _____ (org.) **Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara** – 1. ed. – Belém: GKNORONHA, P. 7-10., 2010.

SOUZA, C. C. F. de; SANTOS, M. A. S. dos; REBELLO, F. K.; LOPES, M. L. B.; MARTINS, C. M. **Sustentabilidade no Arquipélago do Marajó: Uma avaliação a partir do índice de desenvolvimento sustentável para municípios (IDSM)**. HOLOS, [S. l.], v. 3, p. 1–14, 2021.

FAPESPA, Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa). **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Marajó**. 2016. Acesso em:

<<https://www.feiradoempreendedorpa.com.br/site/downloads/inteligenciademercado/opportunidadesdenegocios/058.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2022.

INSTITUTO PEABIRU. Diagnóstico das Cadeias de Valor Sustentáveis e Inclusivas do Marajó: Açaí, Mandioca, Pesca Artesanal e Pecuária, 2017. Disponível em: <https://institutopeabiru.files.wordpress.com/2017/10/cadeiasdevalor-apresentgeral.pdf> . Acesso em: 20 fev. 2023

INSTITUTO PEABIRU. Relatório 3 anos de aprendizados. Viva Marajó – Ordenamento Fundiário de um Território Verde. Desenvolvimento local e áreas protegidas, 2012. Disponível em: <https://peabiru.org.br/wp-content/uploads/2012/09/peabiru2013_viva-marajocc81_3-anos-atividades.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023

INSTITUTO PEABIRU. Planejamento estratégico para o fortalecimento do arranjo produtivo local da cadeia de valor do açaí do Marajó: uma construção coletiva e territorial / Manoel Potiguar, Hermógenes J. Sá de Oliveira. – Belém: Instituto Peabiru, 2016. Disponível em: <https://peabiru.org.br/wp-content/uploads/2016/06/160505_livreto_pnud.pdf> . Acesso em: 24 fev. 2023